



**A INSTITUCIONALIZAÇÃO E O CONTROLE DO TEMPO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: QUE TEMPOS SÃO ESSES?**

**INSTITUTIONALIZATION AND TIME CONTROL IN EARLY
CHILDHOOD EDUCATION: WHAT TIMES ARE THESE?**

**INSTITUCIONALIZACIÓN Y CONTROL DEL TIEMPO EN LA
EDUCACIÓN INFANTIL: ¿QUÉ TIEMPOS SON ESTOS?**

Andrize Ramires Costa,

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Eduardo Lopes dos Santos,

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Francisco Emílio Medeiros,

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Lucas Vargas Bozzato

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Antônio Camilo Cunha,

Universidade do Minho (UMINHO)

INTRODUÇÃO

No tempo histórico, os acontecimentos se desencadeiam em uma linha ininterrupta e seu sentido vem principalmente da diferença entre passado e futuro, ou seja, a mudança. É um tempo de facticidade, possui uma tensão temporal entre passado e futuro que concede ao tempo, substância. Apesar do tempo histórico não conhecer um presente duradouro, já que se baseia na mudança, o tempo tem uma direção a seguir e um passado em que se baseia, mesmo que pela alteridade.



A administração do tempo, portanto, traz as marcas sociais e culturais da humanidade e também decorre de circunstâncias e construções históricas inegáveis. Só podemos compreender as coisas da realidade, porque elas ocorrem na condição da existência de um tempo. Assim, podemos conjecturar que o tempo administrado também se reproduz no espaço escolar de modo a influenciar as subjetividades das novas gerações.

As instituições educacionais contemporâneas, perante as pressões econômicas e produtivas, elevaram a ideia do ofício de aluno, forjando uma identidade para a criança projetada através do seu desempenho, acima de tudo, pela competência, aprovação e sucesso escolar. O ofício de aluno caracteriza-se, quase que exclusivamente, por uma socialização com valorização na competitividade e na autonomia compulsiva, pagando o preço do constrangimento do mundo de coisas e valores da criança que dão lugar ao trabalho escolar para se promover os resultados da aprendizagem, por meio de programas educativos que restringem o espaço-tempo da criança em detrimento do controle adulto (KUHN, 2016).

Diante do exposto, somos tomados por algumas questões instigantes: como as crianças relacionam seu tempo próprio com o tempo administrado característicos das instituições escolares? Por que razão estas instituições insistem cada vez mais numa administração do tempo das atividades desenvolvidas pelas crianças? Por que é tão importante operacionalizar o tempo nestas instituições? Tais questionamentos nos inquietam e configuram uma dicotomia entre o tempo regulado, cronometrado, coercitivo, e o tempo sentido e percebido das crianças.

Esta pesquisa constitui parte já realizada de uma pesquisa ativa intitulada, "Crianças e Educação Física: Interfaces entre os campos de conhecimento da Educação Física e da Infância quanto a metodologias de ensino no Brasil e em Portugal". Tem características de uma pesquisa teórica como proposto por Demo (1994, p. 35): "orientada para a reconstrução de teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes". Segundo o autor, ela tem por finalidade elaborar condições para ampliar e aprofundar o conhecimento relativo a uma temática determinada da realidade. Nesse sentido, para nos aproximarmos de respostas às questões que envolvem o tempo da escola na contramão dos tempos das crianças, tomamos por referência alguns pressupostos da fenomenologia. Inaugurada por Edmund Husserl (2002), o pensamento fenomenológico



aponta para a necessidade de entendermos as coisas como elas se apresentam na experiência da consciência, investigadas em suas essências.

O TEMPO DA ESCOLA E O TEMPO DA CRIANÇA

O tempo rigorosamente cronometrado sufoca o sentimento de duração, a percepção subjetiva do tempo e a fruição da criança, sublinhados por um currículo virtual fragmentado, esquadrinhado, separado da criança e em si mesmo por saberes distintos, engessado numa estrutura pré-concebida não humanisticamente, enfim, distante do mundo da vida das crianças.

Na escola o tempo escolar precisa, “[...] ser preenchido, e há pressa, muita pressa em efetivar o cumprimento das inúmeras tarefas, atividades, planos de aula” propostos em espaços e tempos engessados (KUHN, 2016, p. 15). Esta condição é de condução e governabilidade do outro-criança que supostamente não pode se integrar na dinâmica social da vida dos adultos pois, antecipadamente, os adultos pré-estabeleceram essa dicotomia. Na ótica do adulto, o mundo de vida das crianças não lhes pertence e, também, ao contrário, o não está acessível ao adulto pois não o reconhece e, portanto, desconsidera a criança e a padroniza no seu padrão.

Para Escolano (2001, p. 44), “O relógio colocado nas escolas, que perpetua [...] a cronometria apreendida durante a infância na vida da comunidade, se constitui num símbolo cultural e num mecanismo de controle social da duração.” Escolano ressalta que: “A incorporação do relógio aos espaços escolares tem, pois, além de um significado cultural, uma clara função pedagógica que se acrescenta às intenções educadoras das estruturas espaciais das instituições.” (ESCOLANO, 2001, p. 45).

O tempo, nesse sentido, juntamente com a arquitetura da escola, tem um programa educativo que os torna elementos “invisíveis” e “silenciosos” (ESCOLANO, 2001) do currículo escolar. A forma como o tempo está organizado e disposto na escola responde a padrões culturais e pedagógicos que são apreendidos pelos estudantes, ou seja, as crianças internalizam essa organização como uma própria aprendizagem ou conteúdo.

O TEMPO DA ESCOLA COMO MECANISMO DE ALTERAÇÃO DO TEMPO DAS CRIANÇAS



O tempo escolar constitui um dos elementos estruturais e estruturantes da cultura da escola, tendo como finalidade a fixação da ordem que outorga a governabilidade nas instituições que formam a infância e a juventude, pois, além dos elementos estruturais aqui já discutidos, atuam intensamente nas mediações entre os sujeitos: “os estudantes, os docentes e os funcionários responsáveis pela vigilância de todos. O tempo é uma variável que condiciona toda a cultura da escola” (BENITO, 2008, p. 33-34).

Distribuir os alunos é determinar que em cada parte do tempo escolar irão estar empregados nas diversas disciplinas ensinam. Classificá-los é conhecido como o estado de adiantamento de cada aluno, fazê-los trabalhar conjuntamente com o grupo que tiver conhecimentos iguais. As bases de uma boa distribuição requerem que se atenda: ao tempo.

As matérias mais importantes para uma turma se devem dar maiores cuidados e dedicar a maior parte do tempo. (CORREIA, 2008) O autor enfatiza ainda que as atividades devem ser intelectuais ou físicas, o que é essencial é manter as crianças ocupadas, de modo a não permitir que haja tempo desperdiçado, sobretudo em mau comportamento.

É a concepção de escola moderna que se configura simbolicamente sob o caráter produtivo, onde o tempo deve ser maximizado eficazmente não havendo lugar para o ócio, princípio inspirado nos critérios jesuítas: “cabeça vazia é oficina do diabo”. Portanto, o ócio ganha o caráter de um tempo secundário, senão de negação “neg-ócio”, proveniente do latim *negotium* ou negação do ócio, posto que as atividades espontâneas e de caráter desinteressado, paulatinamente, perdem legitimidade na reestruturação da nova escola administrada pelo estado e pelo *Chronos* (KUHN,2016).

Se o tempo é guiado para uma meta, é importante e justificável que se chegue a ela o mais rápido possível, tornando essencial a aceleração dos processos que culminam na sua chegada. Qualquer pausa é, portanto, um atraso, visto que a salvação está no futuro. Temos então, uma economia da ação, entrelaçada com a salvação religiosa, que tornam a pausa ou a demora uma perda de tempo, e o mesmo como um grande pecado.

Assim o tempo toma posse da infância, ou seja, apropria-se dela, da sua natureza espontânea e da sua liberdade, como assinalou Norbert Elias, (1998). As estratégias civilizadoras disciplinam e condicionam a sociabilidade das crianças e dos adultos. A criança



passa, então, a ser reconhecida pelo ano escolar que frequenta e o currículo identifica a fase ou estágio do desenvolvimento em que ela se encontra (BENITO, 2008).

O universo escolar e o seu tempo racionalizado refletem o projeto de modernidade que promove o homem novo, liberto do obscurantismo medieval e que se adaptaria às novas exigências econômicas e sociais pós-revolução industrial. Nesse ínterim, os jogos e brincadeiras escolares ganham um novo suporte racional, de ordem metodológica e conteudista.

O brincar e jogar tornam-se relevante na medida em que adquirem um caráter instrumental e se colocam ao serviço de aprendizagens disciplinares. Nesta perspectiva, brincar perde espaço e tempo, pois, pela sua natureza, já não apresenta utilidade para a pedagogia moderna e é suprimido paulatinamente ou aufere lugares ínfimos e tempos exíguos, espremidos entre os intervalos de trabalho, como o recreio. Nesses tempos e espaços, o brincar é acelerado, pois as crianças têm de aproveitar ao máximo o mínimo de tempo que dispõem para brincar em liberdade.

Desta forma, o tempo escolar pode ser considerado um elemento arquitetônico, pois ambos (tempo e espaço) obedecem aos postulados do higienismo, da racionalidade panóptica (em que a visibilidade é uma armadilha) e do movimento a favor da graduação escolar, inaugurados na modernidade.

Arelado ao espaço escolar, o tempo vai se adequando a uma relativa autonomia com o tempo social “[...] e sofre lentas mudanças de médio e longo prazo em sua definição, a qual tende a ser compatibilizada com os níveis de urbanização, de eliminação do trabalho infantil, de regulamentação das relações de trabalho e de democratização das sociedades.” (CAVALIERE, 2006, p. 92). Essa organização social do tempo determina e reflete as formas organizacionais de uma dada sociedade. Justamente por isso, para estudar, manter e disciplinar os corpos sociais, o mundo adquiriu um padrão mensurável, controlado e regulado sobre o tempo.

FINALIZANDO... FALTA TEMPO PARA BRINCAR NA ESCOLA

Em seu sentido primeiro, a palavra escola deriva do grego *Skholé*, que significa literalmente tempo livre. Antes de ser o local de se preparar para a vida adulta, a escola é a



separação de dois tempos: o produtivo e o tempo livre. A escola torna público o que antes era um direito obtido pelo berço de nascimento, democratiza os sujeitos no instante em que eles estão na escola.

Este uso racional e rigoroso do tempo na escola repercute uma concepção de infância, de criança e da própria escola, enquanto um lugar ou sistema meramente produtivo que não parece comportar outras temporalidades, outros ritmos. Ao contrário, a escola limita-se somente à medição mecânica ou digital do tempo.

Assim, a escola distingue-se numa espécie de tempo distinto, mas nada refratário aos condicionantes e determinantes sociais, a sua fluência decorre de quadros próprios e normas específicas; mas sempre mostrou uma porosidade com relação ao tempo e ritmo da sociedade, implicando em uma regulamentação severa e exigindo um controle não menos firme, recrutando recursos e mecanismos destinados a verificação do cumprimento do tempo instituído, associado desde muito cedo ao funcionamento da instituição escolar.

O tempo que é determinado para brincar e se movimentar na escola são rigorosamente administrado, geralmente exíguo e espremido entre dois outros momentos destinados a trabalhar. Assim, o tempo destinado a brincar está situado entre dois momentos cansativos de trabalho, servindo, portanto, o tempo do recreio para recuperar as forças para o trabalho e não para brincar, pura e simplesmente. O tempo para brincar serve (como servil mesmo) para outro tempo, o do trabalho escolar, correspondendo às teorias funcionalistas do lazer e às suas demandas na cultura escolar.

Brincar é importante quando serve para restabelecer os corpos na tentativa de torna-los mais produtivos, recuperados, revigorados, descontraídos para render, descansados para trabalhar, princípio fundado no *taylorismo* fabril que no início do século XX forjou o recreio como intervalo rentável nas fábricas norte-americanas (PINTO, 2001).

A cultura escolar não reconhece o livre brincar como fundamental nas escolas de crianças, apenas quando tem caráter instrumental, pedagógico e funcional. Além disso, as crianças aprendem desde cedo que, além da hora apropriada para brincar, há o fim de semana e as férias, como outros tempos apropriados ao ócio e ao lazer. E por seu lado, os adultos praticamente não questionam essas restrições impostas ao tempo de brincar na educação das crianças.



O caráter instrumental do tempo exerce uma profunda pressão no brincar das crianças como sinônimo de exatidão, disciplina e organização, o *Chronos* condiciona as formas mais particulares e íntimas das crianças se relacionarem com a vida e dialogar com o mundo, talvez, nada disto condiga com a percepção e o brincar das crianças que são capazes de brincar até com o tempo.

REFERÊNCIAS

BENITO, A. E. La invención del tiempo escolar. In: FERNANDES, Rogério; MIGNOT, Ana (Orgs.). **O tempo na escola**. Porto: Profedições, Ida, 2008. p. 33-53.

CAVALIERE, A. M. V. Em busca do tempo de aprender. **Cadernos CENPEC**, n. 3, 2006. p. 91-101.

DEMO, P. **Educação e Qualidade**. Campinas: Papirus, 1994.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ESCOLANO, A. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, A; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço, subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-57.

FERNANDES, R. Borboleta e o tempo escolar. FERNANDES, R; MIGNOT, A (Orgs.). **O tempo na escola**. Porto: Profedições, Ida, 2008. p. 17-31.

HUSSERL, E. (2002). **Renovación del hombre e de la cultura: cinco ensayos** (A. S. de Haro, Trad.). Barcelona, Espanha: Anthropos. (Original publicado em 1924).

KUHN, R. Da crisálida à borboleta: a liberdade de brincar e se movimentar no mundo da vida da criança. **Revista Corpoconsciência**, v. 20, p. 94-108, 2016.



Ciências do Esporte / Educação Física,
Soberania Popular no Brasil e na América Latina: Redirecionando
as forças democráticas
nas águas do Dragão do Mar

17 a 22 de setembro de 2023 / Fortaleza – Ceará

PINTO, L. M. S. M. Formação de Educadores e Educadoras para o Lazer: saberes e competências. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, n. 3, v. 22, 2001. p. 53-71.